

ECONOMIA SOCIAL – MAIS QUE UMA ECONOMIA, UM CONTRIBUTO PARA A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

João Fernando Fernandes Lourenço

Agradeço a oportunidade dada neste Congresso para abordar publicamente a questão da economia social pela sua enorme importância, e pelo seu não reconhecimento, esquecimento ou desinteresse, a que tem sido votada ao longo dos tempos pelo poder.

O tema economia social/um contributo para a democracia participativa, é muito amplo pelo que não se esgota numa simples reflexão, como a que pretendemos fazer, mas acreditamos na sua virtualidade e crescente importância, que já tem raízes e potencialidades como reza a sua história que data do início da era industrial. Os seus primórdios estão intimamente ligados ao Movimento Sindical e, de então para cá, tem sido normal a muitos ex-sindicalistas e sindicalistas activos serem membros e ainda os seus principais animadores e gestores.

Instituída e consolidada a democracia em Portugal e após os 30 anos de liberdade muito ainda ficou por realizar e cumprir, principalmente no que corresponde às potencialidades e expectativas então geradas. Pretendia-se um modelo compatível com o desenvolvimento da criatividade e da iniciativa dos cidadãos sobretudo nas áreas que dizem respeito à economia fraterna solidária e humanista.

O tempo passou e ainda hoje é necessário, urgente e essencial, resolver problemas sociais graves a que a sociedade prometeu dar solução e que, por vários motivos, ainda o não fez. Sentimos que partimos atrasados mas ainda a tempo de dar o espaço de continuidade ao sonho inovador, tolerante e de libertação que o 25 de Abril nos trouxe.

Entrámos num novo século, num novo milénio em que é preciso dar força à construção de um novo futuro que seja mais participado, mais humano, mais democrático e traga consigo o crescimento económico e social justo e sustentado, com um verdadeiro e eficaz combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão. Para isso é preciso e urgente aproveitar a já longa experiência do trabalho e do saber das empresas e instituições que actualmente compõem o terceiro sector, o sector da economia social que, como sabemos, é formado por Cooperativas, Mutualidades, IPSS, Misericórdias, Fundações e ainda por uma vasta rede de Colectividades e Associações, assim como por muitos outros Movimentos cuja razão de ser é o de estar ao serviço da comunidade e do desenvolvimento.

Toda a economia social perfilha o facto de não ter por objectivo o lucro. São organizações que partem de iniciativas geridas por colectivos, com uma ampla participação democrática por todos os seus associados, cujos resultados alcançados são cada vez mais positivos em áreas tão distintas e diversificadas. Por esse motivo, a economia social, tem de ser entendida como uma aposta séria e ter um lugar próprio dentro da sociedade democrática, porque marca com a sua presença múltiplos campos da vida social e colectiva, na educação e formação profissional, na cultura, na saúde e solidariedade e em muitas outras áreas, onde há carências na nossa sociedade, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar geral das populações.

Pelo que já possui um vasto património próprio, que é sem dúvida um valioso instrumento de cidadania e da prática da democracia directa e participada a que devemos dar todo o nosso empenho e apoio e contribuir efectiva e positivamente para o seu sustento, crescimento e desenvolvimento.

Porque cada dia é cada vez mais difícil, e mais necessário encontrar as soluções que ajudem a combater eficazmente o espectro do desemprego, e porque também é necessário e imperioso melhorar a competitividade e a produtividade e ao mesmo tempo formar a consciência cívica e democrática que nos é transmitida pela metodologia da economia social onde está fortemente implementada.

A sua prática e ideologia é uma alternativa real, que certamente contribuirá positivamente para uma resposta tão necessária a aplicar contra as ideias formadas à escala mundial, com que alguns nos pretendem impor, baseados em valores no neoliberalismo, do egoísmo e do individualismo.

Tem sido através do apoio dado a experiências práticas e concretas que alguns países, primeiro apostaram timidamente, e depois vieram a descobrir que o desenvolvimento do modelo do terceiro sector dentro da sua complementaridade económica e social com autonomia, traz vantagens reais sobre o modelo individualista privado, exigindo modificações do comportamento das empresas do modelo tradicional capitalista.

Para alguns desses países já não é possível conceber a economia corrente sem se contar com a social, porque esta tem-se tornado o espelho do modelo de desenvolvimento da democracia económica, sempre respeitando o ser humano e o meio ambiente, enfrenta e responde positivamente aos desafios da globalização, sobretudo com a criação de muitos novos empregos locais e sem o perigo de deslocalização.

É preciso uma melhor coesão social e uma melhor garantia da qualidade de emprego, para isso torna-se urgente o apoio ao desenvolvimento das empresas da economia social, estas afirmam-se a partir de uma nova e diferente relação entre empregados e a entidade empregadora.

Perante a reconhecida crise gerada pelo neoliberalismo e pela falta de valores verdadeiramente humanistas é urgente e necessário reflectir, criar e desenvolver um novo conceito de organização/gestão como a que se está a passar na gestão da economia social mais participada. É importante que esta influencie e transporte consigo as respectivas consequências e exemplos para todas as outras empresas, levando-as também a assumir uma maior responsabilidade nas suas obrigações sociais, e a trazerem uma verdadeira esperança de tudo fazerem para encontrarem e alcançarem o crescimento sustentável.

A economia social tem demonstrado uma sensibilidade na redistribuição de benefícios para com os seus utentes, e beneficiários nas suas várias vertentes especialmente ao apostar na prestação de serviços de proximidade, pelo que está vocacionada para ajudar à fixação das populações a partir da dinamização de amplas actividades.

Pelo mesmo motivo pretende responder sempre às diferentes necessidades quer seja dos habitantes dos bairros, na assistência social, cultural e desportiva ou no consumo. Orienta a produção de bens produzidos por si e ainda por muitos pequenos e médios produtores e agricultores, contribuindo de forma altamente positiva para o controlo e garantia de preços

justos, ao produtor e consumidor e para a sustentação e viabilidade económica de vastas camadas da população.

A economia social prova que tem objectivos e potencialidades no âmbito da inclusão social e na luta contra a pobreza, substituindo com vantagem o Estado em áreas em que este não funciona devidamente, como são os casos praticados e conhecidos por várias Associações e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Estas organizações têm de ser olhadas de uma outra forma e apoiadas fortemente pelo governo porque prestam um serviço insubstituível à sociedade, que caberia ao Estado fazer. Têm, na sua génese, objectivos independentes e de autonomia que dificultam o seu desenvolvimento económico, pelo que se vive uma situação de perfeita injustiça, onde são praticados baixos salários comparando com outros sectores dependentes do estado. É sobretudo pela falta de atribuição de apoios estatais suficientes que este serviço é garantido muitas vezes à custa dos salários seus próprios trabalhadores.

Os trabalhadores e os seus sindicatos têm repetidamente denunciado e lutado pela melhoria do seu nível de vida, eles merecem justiça e ser respeitados pois o país muito lhes está a dever.

A economia social é uma economia de raiz nacional, tem uma mais-valia e uma vantagem, não é pertença dos grandes grupos económicos nem de multinacionais, está sempre sujeita ao controlo dos seus associados e beneficiários, por esse motivo não pode ser deslocalizada, e porque não visa a distribuição de lucros, dá melhores garantias de futuro.

A nossa democracia só terá a ganhar com o seu reconhecimento, o país já tanto lhe deve e por isso merece ser apoiada porque já ganhou esse estatuto por direito próprio. O seu enquadramento político próprio e independente, deve ainda fazer convergir as suas acções e realizações em parceria com os Sindicatos, assim como com as Autarquias. Há um vasto potencial e vertentes ao nosso alcance como seja a defesa do consumidor, ou a sensibilização das empresas e dos trabalhadores por temas como o ambiente, qualidade de vida ou a requalificação urbana etc.

Estamos cientes de que se pode encontrar aqui um eixo fundamental para a resolução de muitos problemas de âmbito local ou regional, por isso propomos que se faça chegar a nossa palavra aos partidos políticos e outras Instituições que possam ajudar, quer em Portugal, assim como na União Europeia.

Pelo atrás exposto é preciso sensibilizar para esta realidade os membros representativos dos cidadãos na Assembleia da República, assim como do parlamento da União Europeia, com o objectivo da promulgação de leis apropriadas, não só na forma legislativa mas também de apoio económico-financeiro.

Pretende-se também propor a criação de uma Secretaria de Estado vocacionada especialmente para este sector, ciente que em Portugal existe um grande potencial para se pode desenvolver, e ser um instrumento de estabilização social, e contribuir eficazmente no combate ao desemprego e à crise económica, dar melhor aproveitamento às suas potencialidades no campo da cultura e da democracia participada, no combate à exclusão e na resolução de vastos problemas sociais e de pobreza com um desenvolvimento sustentado, e dar uma nova esperança a uma verdadeira política global para este sector.